

# AÇÕES DE FAMÍLIA NA PRÁTICA



# ÍNDICE

<b>1. AÇÕES DE FAMÍLIA NA PRÁTICA - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
Principais Ações de Direito de Família.....	4
<b>2. AÇÃO DE FIXAÇÃO DE ALIMENTOS.....</b>	<b>5</b>
Valor da Causa.....	5
Arbitramento de alimentos.....	5
Pedido liminar e alimentos provisórios.....	6
Ônus da Prova .....	6
<b>3. AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS.....</b>	<b>8</b>
Valor da Causa.....	9
Pedido liminar e alimentos provisórios.....	9
Poderá ser fixado alimentos em valor superior àquele ofertado? .....	9
<b>4. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS.....</b>	<b>10</b>
Valor da Causa.....	10
Pedido liminar – Tutela de Urgência.....	10
Ônus da Prova .....	11
<b>5. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS .....</b>	<b>12</b>
Valor da Causa.....	12
Pedido liminar – Tutela de Urgência.....	12
Ônus da Prova .....	12
<b>6. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR .....</b>	<b>14</b>
Competência .....	14
Valor da Causa.....	15
Pedido liminar – Tutela de Urgência.....	15
<b>7. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA E MODIFICAÇÃO DE GUARDA .....</b>	<b>16</b>
Competência .....	16
Legitimidade.....	16

Valor da Causa.....	17
Ônus da Prova .....	17
Pedido liminar – Tutela de Urgência.....	17

## **8. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO ..... 18**

Legitimidade.....	18
Valor da causa .....	18
Decretação do Divórcio em sede de Tutela de Urgência .....	18
Questões probatórias .....	19

## **9. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL..... 20**

Valor da causa .....	20
Extinção de União Estável em Sede de Tutela de Urgência.....	20
Como comprovar a existência de União Estável.....	21

## **10. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ..... 22**

## **11. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE..... 23**

Competência .....	23
Legitimidade.....	23
Valor da Causa.....	23
Pedido liminar – Tutela de Urgência.....	23

## **12. AÇÃO DE SUPRIMENTO JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO PARA MUDANÇA DE DOMICÍLIO ..... 25**

Competência .....	25
Legitimidade.....	25
Valor da causa .....	26
Tutela de urgência .....	26

## **13. CONCLUSÃO ..... 27**

# 1. Ações de Família na Prática - Introdução

As ações de família na prática referem-se a um conjunto de processos judiciais que lidam com questões relacionadas ao direito de família. Essas questões abrangem uma ampla gama de assuntos, incluindo divórcio, guarda de filhos, pensão alimentícia, partilha de bens, adoção, entre outros. O direito de família é uma área do direito civil que visa regular as relações familiares, estabelecendo direitos e deveres entre os membros de uma família.

A importância das ações de família na prática reside na resolução de conflitos familiares de maneira justa e equitativa, protegendo os interesses das partes envolvidas, especialmente quando há crianças envolvidas. Esses processos são projetados para lidar com questões sensíveis e pessoais, exigindo abordagens especializadas por parte dos profissionais do direito.

Serão abordados diferentes aspectos práticos dos processos judiciais respectivos, desde a possibilidade de pedidos de tutela antecipada de urgência ou evidência, bem como ônus probatório das partes.

## Principais Ações de Direito de Família

### 1. Alimentos

- a. Ação de Fixação de Alimentos
- b. Ação de Oferta de Alimentos
- c. Ação Revisional de Alimentos
- d. Ação de Exoneração de Alimentos

### 2. Ação de Regulamentação de Convivência Familiar

### 3. Ação de Guarda e Modificação de Guarda

### 4. Ação de Divórcio

- a. Ação de Divórcio Litigioso
- b. Ação de Divórcio Consensual

### 5. Ação de Reconhecimento e Extinção de União Estável

### 6. Ação de Investigação de Paternidade

### 7. Ação Negatória de Paternidade

### 8. Ação de Suprimento Judicial de Autorização para Mudança de Domicílio

## 2. Ação de Fixação de Alimentos

A ação de fixação de alimentos é um mecanismo jurídico essencial para estabelecer de maneira formal e judicial o valor e as condições da pensão alimentícia. Geralmente iniciada quando não há consenso entre as partes ou quando se faz necessário formalizar legalmente os termos da obrigação alimentar, essa ação visa garantir o sustento de um indivíduo que não dispõe de recursos suficientes para suprir suas necessidades básicas.

- Previsão normativa: art. 2º, Lei n. 5.478/1968, artigos 1.694 e 1.696 do Código Civil e artigo 6º, 227 e 229 da Constituição Federal.

Os princípios orientadores dessa ação fundamentam-se, principalmente, na solidariedade familiar, reconhecendo a responsabilidade dos membros da família em prover suporte financeiro uns aos outros, especialmente em situações de vulnerabilidade. O interesse primordial reside no bem-estar do alimentando, buscando assegurar que suas necessidades fundamentais, como alimentação, moradia, saúde e educação, sejam atendidas de maneira adequada.

O inciso II do artigo 53 do Código de Processo Civil estabelece critérios de competência territorial para as ações de alimentos. De acordo com o texto legal, o foro competente para tais ações é o domicílio ou residência do alimentando. Esta determinação visa fornecer um ambiente jurídico mais acessível e condizente com a realidade do beneficiário, facilitando o acesso à justiça.

### Valor da Causa

O valor da causa deverá representar a soma de 12 prestações mensais pedidas pelo autor, ora devedor dos alimentos, conforme artigo 292, III do CPC.

### Arbitramento de alimentos

A decisão judicial resultante considera uma variedade de fatores, incluindo a capacidade financeira do alimentante e as necessidades do alimentando. Vale destacar que a fixação de alimentos não é uma decisão imutável; em caso de mudanças substanciais nas condições financeiras de uma das partes, é possível solicitar uma revisão do valor estabelecido, garantindo a adaptação da pensão alimentícia às novas circunstâncias.

Os alimentos serão fixados conforme o binômio Necessidade – Possibilidade.

Atualmente, tem-se utilizado o trinômio Necessidade – Possibilidade – Proporcionalidade como parâmetro para fixação de alimentos.

## Pedido liminar e alimentos provisórios

É possível o requerimento de pedido liminar, do mesmo modo que ocorre com a ação de fixação ajuizada pelo alimentando, visando antecipar a prestação jurisdicional e amparar o alimentando. Assim, ao despachar, o magistrado fixará alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor declarar expressamente que deles não necessita.

Na fixação de alimentos provisórios pleiteados pelo filho menor, basta comprovar a relação de parentesco. A juntada aos autos da certidão de nascimento, por exemplo, é documento hábil para comprovar o parentesco e propiciar a fixação de alimentos provisórios.

A ação de fixação de alimentos, conforme exposto, busca amparar o alimentando, fornecendo um valor apto a garantir sua subsistência.

## Ônus da Prova

No contexto do processo de fixação de alimentos, o ônus da prova desempenha um papel crucial na determinação dos valores e condições da pensão alimentícia. O ônus da prova refere-se à responsabilidade de cada parte em apresentar evidências que sustentem seus argumentos perante o tribunal.

É preciso comprovar a obrigação alimentar, as necessidades do credor ou alimentando e as possibilidades do devedor ou alimentante. Quanto à obrigação dos pais perante os filhos menores, é suficiente a comprovação da filiação, vez que a dependência é presumida.

Apesar da presunção, é comum que a parte interessada em obter a pensão comprove suas necessidades e a capacidade financeira do alimentante. Essa parte deve apresentar documentos e informações que evidenciem suas despesas essenciais e justifiquem a quantia pretendida.

Por outro lado, o alimentante, aquele que será responsável pelo pagamento da pensão, pode ter o ônus de comprovar suas condições financeiras, demonstrando sua capacidade de arcar com o valor solicitado sem prejudicar seu próprio sustento.

O ônus da prova, portanto, orienta o desenrolar do processo, influenciando diretamente a decisão judicial. Se a parte que tem o ônus de comprovar determinado fato não o faz de maneira satisfatória, o tribunal pode basear sua decisão nas informações apresentadas pela outra parte.

Assim, é possível que o alimentante requeira diligências perante o juízo, com o fito de amparar suas alegações, exemplificada pela quebra do sigilo bancário e a expedição de ofícios.

Ainda, sinais exteriores de riqueza podem influenciar na decisão judicial, os quais podem ser utilizados como embasamento na fixação de alimentos, exemplificado por postagens em redes sociais.

Quando se tratar de filhos maiores, é preciso que o alimentando comprove suas necessidades, vez que não há mais a presunção de dependência.

**OPS....**

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

**VER TODOS OS PLANOS**



# Ações de Família na Prática



[www.trilhante.com.br](http://www.trilhante.com.br)

